

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.699 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2003

PREVISÃO DA SEMANA

## Audiência pública discute a remessa ilegal de dólares

Na quarta-feira, a Comissão de Fiscalização e Controle ouviu, em audiência pública, o delegado e o perito federal que investigaram a remessa ilegal de dólares por meio de contas CC-5. No mesmo dia, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatina o procurador Joaquim Benedito Barbosa Gomes, primeiro negro indicado ministro do Supremo.

PÁGINA 3

## Comissão sabatina primeiro negro indicado para o STF

## Senadores examinam aumento de tributo sobre filme estrangeiro

A Comissão de Assuntos Econômicos vota amanhã projeto que aumenta, de 25% para 40%, o Imposto de Renda recolhido na fonte sobre as remessas feitas ao exterior em decorrência da exploração ou da aquisição de audiovisuais estrangeiros. A proposta visa beneficiar o cinema nacional e tem parecer favorável do senador Antero Paes de Barros.

PÁGINA 6



Célio Azevedo

Comissão de Assuntos Econômicos aprecia projeto que favorece produção nacional de audiovisual



José Cruz

Vice-presidente do Senado, Paulo Paim (D) recebeu Joaquim Barbosa, primeiro negro indicado para ministro do STF

## CAS vota na quinta projeto que estimula idosos a viajarem

PÁGINA 2

## Educação ouve amanhã ministro Gil sobre política cultural

PÁGINA 6

## Congresso já pode promulgar emenda do sistema financeiro

PÁGINA 3

## Patrícia pede luta contra trabalho infantil doméstico

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) defendeu a mobilização da sociedade e do Legislativo para mudar a realidade de quase 500 mil crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos, que trabalham em casas de outras famílias no Brasil. "Temos que investir em uma verdadeira mudança de mentalidade", afirmou. Para ela, um dos caminhos para erradicar o trabalho infantil doméstico é a adoção de políticas sociais capazes de investir no fortalecimento das condições de vida das famílias, como geração de emprego e renda, e programas que incentivem a troca do trabalho pelas salas de aula.

— O trabalho infantil não pode mais ser visto como uma solução para a pobreza, uma maneira de

tirar meninos e meninas das ruas, afastando-os da criminalidade. Estudos mostram que ele perpetua o ciclo de pobreza e miséria no qual estão inseridos milhões de famílias brasileiras. Muito provavelmente, as crianças e adolescentes que estão na labuta hoje não terão, no futuro, a formação adequada para enfrentar um mercado de trabalho tão complexo e competitivo — acrescentou.

Patrícia Saboya anunciou ainda que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), a Fundação Abrinq e a organização Save The Children, do Reino Unido, lançaram no último dia 30 de abril uma campanha de esclarecimento sobre o trabalho infantil doméstico, esclarecendo a população sobre os problemas dele decorrentes.



Patrícia: perpetuação da pobreza

# Idosos poderão receber descontos em passagens

Comissão de Assuntos Sociais analisa na reunião de quinta-feira projeto de Ramez Tebet, que recebeu substitutivo de Sérgio Cabral

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quinta-feira, às 10h, para examinar pauta de oito itens, entre os quais substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) ao projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que determina a concessão de des-



No substitutivo, Cabral cria desconto para maiores de 65 anos

conto de 30% para maiores de 60 anos nas tarifas de passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias

e marítimas.

O projeto de Tebet tramita em conjunto com proposição semelhante apresentada em 1999 pelo ex-senador Luiz Estevão. Pelo projeto de Estevão, o desconto deveria ser de 50%, mas apenas para as passagens aéreas.

Sérgio Cabral, em seu substitutivo, estabelece o desconto de 50% no valor das passagens aéreas, rodo-

viárias, ferroviárias e marítimas para os maiores de 65 anos, nas viagens interestaduais.

Também está na pauta parecer da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) favorável ao projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe a atribuição de destaque às declarações de qualidade e de características nutritivas tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos. O objetivo do projeto, segundo seu autor, é contribuir para a promoção de práticas alimentares saudáveis, sobretudo para as crianças.

## Aelton ressalta estudo sobre terceira idade

O senador Aelton Freitas (PL-MG) enfatizou a importância de estudo desenvolvido pelos alunos de Direito, Farmácia e Enfermagem da Universidade José do Rosário Vellano, do município de Alfenas (MG), sobre a terceira idade. O trabalho, intitulado *Eticidade e Sociabilidade do Idoso*, representa importante contribuição na garantia de respeito, dignidade e perspectiva aos idosos e o senador espera que ele seja um estímulo à criação de projetos semelhantes em outras unidades da Federação.

O foco do projeto da Unifenas é

a reintegração efetiva do idoso na sociedade por meio da recreação, do lazer e do estudo continuado, explicou o senador. Além disso, integra o trabalho um *Guia de Orientação ao Idoso*, com os princípios e diretrizes da Política Nacional do Idoso apresentados de forma clara e objetiva. Dessa forma, conforme o parlamentar, o documento mostra ao idoso as formas de exercer seus direitos.



Aelton Freitas defende implantação da Política Nacional do Idoso

Para o senador, o fato de estudos registrarem hoje 15 milhões de idosos no país e projetarem uma população de 30 milhões em 2025 exige uma reflexão sobre como viabilizar a Política Nacional do Idoso. "Somente a ação constante e coordenada dos órgãos responsáveis, em todas as esferas, poderá fazer prosperar a Política Nacional do Idoso", afirmou Aelton.

## ARCEBISPO DOM GERALDO ÁVILA CELEBRA MISSA NO SENADO



O arcebispo do Ordinariato Militar do Brasil, dom Geraldo Ávila, participou da cerimônia oficial de entrega de 20 imagens de Nossa Senhora de Schoenstatt, Mãe Peregrina, ao Senado. Na ocasião, o arcebispo celebrou missa e participou do cenáculo (reza de 100 terços). O encontro religioso, organizado por Idalina Andrade, da Secretaria Geral da Mesa, contou com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Edison Lobão (PFL-MA).



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2003

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV nº 9/03, reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: aguardando desobstrução

Quinta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: aguardando desobstrução

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: turno suplementar de discussão da emenda que autoriza o uso de gás natural ou do GLP como combustível; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Educação

Pauta: PRS que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão.

10h30 — audiência pública com o ministro da Cultura, Gilberto Gil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão de TV a Cabo

Pauta: definição de pauta. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

18h — Subcomissão Temporária da Saúde

Pauta: audiência pública sobre o SUS. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagens submetendo os nomes de Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito e Joaquim Benedito Barbosa Gomes para o cargo de ministro do STF; PEC nº 30/01, concede imunidade tributária às instituições de apoio às micro e pequenas empresas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: audiência pública sobre remessas ilegais de divisas ao exterior por meio das contas CC-5. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Quinta-feira

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Aviso que encaminha cópia de decisão do TCU sobre auditoria realizada no Pet; PLS que dispõe sobre a concessão de desconto em passagens para maiores de 60 anos; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Falta de acordo mantém MP dos municípios em pauta

O Senado deve votar amanhã projeto de lei de conversão à medida provisória (MP) que trata da prorrogação do prazo para que municípios que renegociaram dívidas com a União possam tomar empréstimos externos ou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ainda não houve acordo entre as lideranças para a votação. Por isso, a MP vem obstruindo a pauta do Senado desde a última terça-feira. O presidente do Senado, José Sarney, já comunicou ao Plenário que colocará o projeto em votação, com ou sem acordo.

Outras quatro medidas provisórias aguardam a liberação da pauta para serem postas em votação. São elas a que trata da estrutura administrativa da Presidência da República; a que dispõe sobre a compensação de dívidas fiscais, prevista no Código Civil; a que obriga as cooperativas a recolherem a contribuição



José Sarney: matéria vai a votação, com ou sem acordo

para o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e para a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e a que altera as regras do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

A não votação de MPs tem provocado atraso na tramitação de outros projetos. Aguardam a desobstrução da pauta seis propostas de emenda constitucional, seis projetos de lei, um projeto de decreto legislativo e quatro requerimentos.

## Comissão ouve delegado que investigou contas CC-5

Audiência pública sobre remessa ilegal de divisas ao exterior acontece quarta-feira, na Comissão de Fiscalização e Controle

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza audiência pública na quarta-feira para ouvir o delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto e o perito federal Renato Barbosa sobre a situação atual das investigações relativas a remessas ilegais de divisas ao exterior via contas CC-5 na agência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) de Nova York. O convite aos dois policiais resultou de requerimento apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Em reunião da comissão na última quinta-feira, a senadora também propôs o nome de João Marques Brandão Neto, procurador da República em Blumenau (SC), para que preste esclarecimentos sobre investigações relativas à saída ilegal de dólares do país. Ela informou que o procurador está investigando remessas ilegais de dólares que não teriam sido feitas via conta CC-5.



Problema de envio ilegal de dólares foi levado à CFC por Ideli Salvatti

Ideli Salvatti lembrou que, quando levou à CFC a questão da remessa ilegal de divisas ao exterior por meio de contas CC-5, pretendia "colocar, de forma mais pública, a evasão monstruosa de divisas que envolve dinheiro vinculado a diferentes modalidades de crime". Ela disse que, se o dinheiro fosse legal, não seria necessá-

rio um esquema envolvendo doleiros, "laranjas" e contas CC-5 por uma infinidade de bancos.

Na mesma reunião do dia 15, a CFC também decidiu solicitar à Secretaria da Receita Federal a criação de um grupo de, no mínimo, 30 auditores fiscais, para investigar a sonegação tributária pelo Banestado.

## Maior autonomia do BC vai à promulgação

A proposta de emenda constitucional que permite a regulamentação do sistema financeiro nacional por meio de várias leis complementares depende agora apenas da promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, em sessão solene do Congresso ainda a ser convocada. A matéria também determina o fim do limite de 12% ao ano para as taxas de juros reais.

Com a promulgação da emenda, serão retirados do texto constitucional todos os parágrafos e incisos do artigo 192, que listam os setores cuja regulamentação deveria ser feita por uma única lei complementar. Na prática, é mais um passo na direção de maior autonomia ao Banco Central.

### PRIORIDADES

De iniciativa do Senado, com base em substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) a proposta do então senador José Serra, a emenda constitucional recebeu aprovação da Câmara dos Deputados, em segundo turno, na última quinta-feira. A matéria havia sido aprovada pelos senadores em 1999.

— Isso deveria ter sido aprovado há muito tempo. Agora espero que venham, do Executivo, projetos tratando da autonomia do Banco Central e das cooperativas de crédito, que são prioridades do atual governo — afirmou Jefferson Péres, explicando que a proposta de emenda simplesmente determina que o sistema financeiro nacional possa ser regulado mediante várias leis, facilitando uma nova regulamentação.

Apesar de o Congresso dispor de poder de iniciativa, o Executivo conta, na opinião de Jefferson, com maior suporte técnico para

propor a nova regulamentação do sistema financeiro. O senador declarou à Agência Senado que o BC precisa ter suas funções redefinidas.

— Dependendo de que autonomia se dê ao Banco Central, sou favorável. Não de qualquer autonomia. E sim se a diretoria do BC tiver metas a alcançar, e puder ser destituída rapidamente se isso não ocorrer — disse.

Quanto ao fim do limite de 12% ao ano para as taxas de juros reais, Jefferson salientou que essa determinação nunca pôde ser cumprida.



Comissão de Justiça vota na quarta-feira a primeira indicação de um negro para compor o Supremo Tribunal Federal

## Indicado ao Supremo vai ser sabatinado pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota na quarta-feira a indicação do subprocurador da República no Rio de Janeiro, Joaquim Barbosa Gomes, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Na semana passada a comissão aprovou as outras duas indicações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Antonio Cezar Peluso e Carlos Ayres de Brito.

Aos 48 anos, Joaquim Barbosa Gomes é o primeiro negro indicado para compor a mais alta corte do país, desde sua criação,

em 1829. Nascido em Minas Gerais e graduado em Brasília, Joaquim Barbosa Gomes tem mestrado em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Comparado. Fez doutorado na Universidade de Paris, em Direito Público.

Procurador da República desde 1992, Joaquim Barbosa publicou trabalhos sobre políticas afirmativas. Professor-adjunto do Departamento de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dá palestras e consultorias sobre discriminação racial.



Roosevelt Pinheiro

Proposta, que resultou de substitutivo de Jefferson Péres, foi aprovada semana passada pela Câmara

# Iris quer alimentos da cesta básica livres de impostos

Senadora pondera que tributos pesam mais sobre as famílias de menor renda, que ficam sem acesso a uma boa alimentação

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu da tribuna que o Congresso aproveite a reforma tributária, em discussão na Câmara, para retirar os impostos que incidem sobre os alimentos da cesta básica. Ela ponderou que as pessoas que ganham até R\$ 480,00 por mês destinam 24,25% de sua renda ao pagamento de impostos. "Isso é quase um quarto do salário dessas pessoas", observou.

A injustiça do sistema tributário, acrescentou, faz com que as pessoas que ganham mais de R\$ 12 mil por mês destinem bem menos ao pagamento de impostos sobre o consumo — exatamente 17%.

— Por isso, é preciso desonerar a cesta básica, para que o salário dos mais pobres lhes garanta uma boa alimentação e a melhor educação para seus filhos — afirmou.

Iris concordou com a econo-



Iris de Araújo também alerta para a importância dos trabalhadores domésticos do país

mista Maria da Conceição Tavares, segundo a qual "um país em que 21% dos empregos são de domésticas não está nada bem". A senadora disse ter se impressionado com o percentual e constatou, em pesquisas oficiais, a existência no Brasil de 6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 5,6 milhões

mulheres e 400 mil homens. E mais: 74,9% das empregadas domésticas trabalham sem carteira assinada, vivendo à margem dos direitos trabalhistas e dos benefícios da Previdência Social.

Depois de lamentar essa injustiça social, Iris sugeriu que o governo realize campanhas educativas destinadas a convencer as pessoas a assinarem a carteira de suas empregadas domésticas. Com isso, elas passarão a ter direito a férias, 13º salário, auxílio-natalidade e licença por doenças, além de uma aposentadoria na velhice.

A senadora argumentou ainda que a assinatura das carteiras de trabalho das empregadas domésticas irá melhorar a situação da Previdência Social. Iris propôs também que governadores e prefeitos criem cursos profissionalizantes para as trabalhadoras domésticas.

## ICMS é o tributo que mais onera

O principal imposto que incide sobre os produtos que compõem a cesta básica é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Chamado de imposto indireto, ele é repassado em sua totalidade para o consumidor final. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com a redução na alíquota os estados deixariam de receber em torno de R\$ 2,4 bilhões por ano na arrecadação.

O estudo do Ipea, em conjunto com o Ministério do Planejamento, divulgado no ano passado, concluiu também que a desoneração dos produtos considerados por nutricionistas como mínimos para a alimentação de uma família de quatro pessoas é a maneira mais eficaz de melhorar as condições de saúde dos brasileiros abaixo da linha da pobreza. Segundo os técnicos, ao zerar a alíquota sobre os alimentos fundamentais, hoje em 17%, o valor de compra

do salário mínimo ganharia 17,7%, em média.

A desoneração dos produtos que compõem a cesta básica também é defendida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele apresentou proposta que altera Resolução nº 22, de 1989, permitindo a redução da alíquota para zero. Aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Assistência farmacêutica em debate

A Subcomissão da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza audiência pública amanhã, a partir das 18h, para ouvir profissionais da área farmacêutica e obter subsídios para o debate em torno do aprimoramento da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Foram convidados para a audiência os farmacêuticos Norberto Rech, diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, e Antônio Barbosa,

presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal.

Também estarão presentes o presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), Ciro Mortella; a diretora do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Far-Manguinhos), Núbia Boechat; a professora do curso de Ciências Farmacêuticas da Universidade de Brasília (UnB), Margô Gomes de Oliveira; e o consultor nacional de Políticas de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Mozart de Abreu e Lima.

Instalada em abril com o objeti-



Papaléo Paes preside a subcomissão que promove a audiência pública

vo de fazer um diagnóstico da saúde pública no país, a subcomissão é presidida por Papaléo Paes (PMDB-AP) e tem como relator o senador Mão Santa (PMDB-PI).

## País precisa de habitações adequadas, diz Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou em Plenário, na sexta-feira, que a falta de habitação é um dos problemas mais graves dos países em desenvolvimento. Para o senador, falta de habitação adequada impede acesso a outros bens fundamentais, como saúde e educação. O senador participou semana passada do 4º Fórum Mundial de Parlamentares para a Habitação, realizado em Berlim, na Alemanha.

— A habitação tem sido uma das principais reivindicações das populações carentes. Sem uma casa bem estruturada, não há condições de higiene suficientes para manter a saúde de seus habitantes. Uma criança sem espaço para estudar, para ler, não consegue ter uma educação adequada — afirmou o senador.

O encontro na Alemanha reuniu cerca de 40 parlamentares de todo o mundo, num total de 200 mil pessoas. O senador cobrou a presença de mais parlamentares brasileiros nos próximos encontros. Segundo Valadares, houve presença maciça de representan-



Valadares participou do 4º Fórum Mundial de Parlamentares para a Habitação

tes de países da África, da China e da Rússia.

Segundo o senador, só se pode falar em cidades sustentáveis quando o problema do déficit habitacional estiver solucionado. Para ele, o conceito de cidades sustentáveis nasce como forma de conjugação da questão econômica, social, política e ambiental.

Ao final do evento na Alemanha, informou o senador, foi aprovada declaração de compromissos para a sustentabilidade das cidades em todo o mundo. Valadares informou ter sido escolhido no encontro para presidir o conselho dos parlamentares da América e Caribe.

## Agripino sugere agilizar projetos sobre empregos

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), manifestou preocupação com a questão da geração de empregos e em especial com as notícias de que o Comitê de Política Monetária (Copom) não deverá reduzir a taxa de juros da reunião na próxima semana — o valor atual é de 26,5% ao ano. Agripino sugeriu que se faça um levantamento de todos os projetos destinados à criação de empregos que estejam tramitando no Congresso para que se definam os pontos de vista convergentes e se acelere a votação das proposições, "já que a taxa de juros não vai cair e a carga tributária vai aumentar, se passar pela oposição patriótica do PFL".

O senador sugeriu que a organização dos projetos e a negociação em torno das matérias seja coordenada pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner — ou por outro ministro que o governo considere mais apropriado.

Uma das proposições em tramitação, disse, é de sua autoria e institui bolsa com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador



José Agripino propõe que negociação das matérias seja feita pelo ministro do Trabalho

(FAT) para estágios. A proposta visa à geração do primeiro emprego, o aperfeiçoamento de mão-de-obra e a concessão de recursos aos mais carentes. O projeto proíbe a substituição do empregado pelo estagiário.

### CRISE

Agripino comentou os efeitos da crise no PT, na semana passada. "A crise política acabou determinando que o Copom não vai baixar a taxa de juros, que a retomada do processo produtivo e de geração de empregos não vai acontecer a curto prazo", concluiu o senador, para quem o governo entra na contramão da política anunciada.

# Serys cobra recursos da Cide para rodovias

Senadora diz que é preciso solicitar ao presidente Lula que regulamente a contribuição, vinculando as verbas – estimadas este ano em R\$ 12 bilhões – à aplicação em infra-estrutura de transportes

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou na sexta-feira que é preciso solicitar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de uma proposta que viabilize a regulamentação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), vinculando os recursos desse tributo à aplicação em infra-estrutura de transportes.

Serys chamou atenção para a situação das estradas brasileiras e leu documento final aprovado pelos participantes do III Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas sobre o veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a dispositivos que



Serys Shlessarenko destaca prejuízos causados ao país por estradas precárias

garantiam, na lei que criou o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (FNIT), a vinculação

da Cide. O seminário, realizado em 23 de abril, foi promovido pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, pela Associação Nacional do Transporte de Cargas (ANTC) e pela Federação Interestadual das Empresas de Transporte de Cargas (Fenatac).

No documento, conforme observou a senadora, os participantes do seminário afirmam que os vetos do ex-presidente “representaram um grande equívoco, de consequências desastrosas para o país”. Com os vetos, segundo o signatário do documento, o Executivo

desrespeitou acordo firmado no Congresso que previa, entre outros pontos, a destinação de 75% dos recursos da Cide – estimados em R\$ 12 bilhões em 2003 – ao FNIT, “que acabou, assim, completamente desfigurado”.

De acordo com o documento, considerando-se as perdas de safras, o custo adicional gerado pelas más condições das rodovias, os dias adicionais de cobertura de estoques e as perdas humanas, o montante dos prejuízos supera US\$ 60 bilhões por ano. O descaso a que o transporte rodoviário de cargas foi relegado – acrescenta o texto – gerou um quadro profundamente grave: o setor carrega a usual ineficiência, convive

com o sacrifício inútil de milhares de vidas e pode converter-se no gargalo capaz de impedir a retomada do crescimento econômico.

## VÁRZEA GRANDE

Serys registrou o 136º aniversário do município de Várzea Grande (MT), um dos mais promissores do estado, segundo ela. A senadora saudou os trabalhadores, entidades organizadas, vereadores e autoridades do município. Ela também comunicou a realização, em Vila Rica (MT), do Fórum do Araguaia, destinado à discussão das potencialidades da região nos aspectos socioeconômicos, de sua vocação e da melhor estratégia para a conclusão do asfaltamento da BR-158.

## O que é a Cide

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi criada por lei em dezembro de 2001 e incide sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural, derivados e álcool etílico combustível. O produto da arrecadação da Cide deve ser destinado ao pagamento de subsídio a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e derivados de petróleo; ao financiamento de projetos ambientais relacionados à indústria do petróleo e do gás; e a investimentos em programas de infra-estrutura de transportes. Em 2002, a Cide foi responsá-

vel por uma arrecadação de R\$ 8,8 bilhões e as projeções apontam para uma arrecadação de R\$ 11 bilhões para este ano. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, já divulgou sua proposta de utilizar parte desses recursos para o subsídio ao gás de cozinha. O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, defendeu a vinculação de parcela da arrecadação da Cide à sua pasta para revitalizar a malha viária.

Também foi proposto que os recursos sejam divididos com os estados, como compensação a possíveis perdas na redefinição dos tributos nacionais.

## Raupp aponta “ameaça” ao setor de transportes

O anúncio feito pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, de que está estudando a possibilidade de subsidiar o gás de cozinha com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi criticado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Classificando a idéia como “uma nova ameaça” para o setor de transportes, ele entende



Valdir Raupp: recursos da Cide devem ser usados para recuperar estradas

que esse subsídio seria mais um desvio na destinação dos recursos da Cide, que deveriam ser utilizados basicamente na recuperação das estradas.

O senador explicou que a arrecadação da Cide prevista para este ano é de R\$ 11 bilhões, enquanto os recursos orçamentários previstos para o Ministério dos Transportes, devido ao contingenciamento, são de apenas R\$ 3,9 bilhões.

## Pessoa física poderá parcelar débito

A inclusão da pessoa física no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) proposta no projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 107/03 é uma importante conquista para o contribuinte, segundo Luiz Otávio (PMDB-PA). Destacando que desde 2001 tramita na Casa um projeto de sua autoria sobre o assunto, o senador considera que sua proposição poderá ser incluída no texto final da MP.

— Senti que o programa Refis estava incompleto. Dessa maneira, para consolidá-lo e torná-lo realmente mais abrangente, tomei a iniciativa de propor a extensão de seus benefícios às pessoas físicas. Assim o fiz com o objetivo de facilitar a vida de milhares de con-



Luiz Otávio defende inclusão de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal

tribuintes e de possibilitar a melhoria das finanças públicas nacionais – afirmou Luiz Otávio.

O senador explicou que, se a MP em questão for aprovada, ela enquadrará o contribuinte comum nos mesmos critérios aplicados às empresas optantes do Sistema

Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). Assim, a pessoa física poderá parcelar seus débitos com o Instituto do Seguro Social (INSS) ou com a Receita Federal em até 180 vezes, desde que cada parcela seja de, pelo menos, R\$ 50. Além disso, conforme o Refis, a prestação não pode ser inferior a 0,3% do rendimento mensal do devedor.

O contribuinte que aderir ao Refis no plano a ser definido pelos parlamentares na discussão do projeto de conversão perderá o direito ao programa caso deixe de pagar alguma parcela durante três meses consecutivos, disse Luiz Otávio.

## Jucá busca acordo para MP do Refis

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu na sexta-feira a apresentação de proposta para aperfeiçoar o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 107, que modifica o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas Jucá acredita que o Senado deve modificar o texto.

Jucá defende a rediscussão do prazo de opção para o parcelamento das dívidas fiscais, assim como o montante de cada parcela mensal, entre outras medidas, “para que se possa construir uma solução que efetivamente dê condição de paga-

mento às empresas”. Ele acrescentou que o PMDB é favorável a mudanças no Refis, mas não da maneira como a matéria foi aprovada.

O senador manifestou a sua expectativa de que, nesta semana, a equipe econômica do governo e os líderes dos partidos no Senado possam construir uma proposta que aperfeiçoe o texto que veio da Câmara.

— Queremos aprovar a medida provisória, dando-lhe a condição efetiva de resgatar da clandestinidade milhares de empresas que hoje não atuam nas condições em que poderiam atuar e, mais do que isso, para



Romero Jucá quer solução que “dê condição de pagamento às empresas”

que possamos também ampliar a arrecadação do governo, tendo mais recursos para a ampliação dos programas sociais que são tão necessários hoje em nosso país – afirmou o senador.

# Gil e Gushiken falam à Comissão de Educação

Ministro da Cultura comparece à CE amanhã para expor seus planos, enquanto o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República será ouvido quarta-feira sobre as normas de apoio à produção de filmes

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, participará de audiência pública amanhã, na Comissão de Educação (CE), quando debaterá as diretrizes e programas prioritários do seu ministério. O requerimento solicitando sua presença é de autoria dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG).

Como parte da proposta de conhecer as políticas públicas para o setor, na quarta-feira a CE ouvirá o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushiken. Ele falará sobre normas de apoio das estatais à produção de filmes brasileiros.

Antes de ouvir o ministro da Cultura, amanhã, a comissão realizará reunião às 10h para apreciar pauta de quatro itens. Entre eles consta projeto sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão para o servi-



Comissão de Educação ouve esta semana dois ministros e vota projeto que altera critérios para apreciar concessão de serviços de radiodifusão

ço de radiodifusão. Com substitutivo favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), a proposta revoga a resolução do Senado Federal nº 39, que disciplina a matéria.

A CE também deverá votar o substitutivo do senador Sérgio Cabral (PSDB-RJ) a projeto da Câmara que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e a disponibilidade

de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior.

Os dois outros projetos na pauta são o que institui o ano de 2003 como Ano Nacional Cândido Portinari, com parecer favorável de Iris de Araújo (PMDB-GO), e o que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso, com parecer favorável de Aelton Freitas (PL-MG).

## Projeto aumenta tributação de filme estrangeiro

O Imposto de Renda recolhido na fonte sobre remessas feitas ao exterior em decorrência da exploração ou da aquisição de audiovisuais estrangeiros, que hoje é de 25%, poderá passar para 40%, se projeto do deputado Wilson Santos (PSDB-MT) for aprovado pelo Senado. A matéria, que



Saturnino defende abordagem mais ampla da questão

tem parecer favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcada para amanhã, às 10h.

O projeto já foi discutido em abril

do ano passado pela CAE. Na ocasião, o relator da matéria, o então senador Antonio Carlos Júnior, concluiu pela necessidade de pedir uma análise prévia da Comissão de Educação (CE). Naquela comissão, o relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), sugeriu a rejeição, por entender que o assunto não pode ser tratado de forma isolada.

Antero cita os pareceres de Antonio Carlos Júnior e Saturnino em seu relatório antes de posicionar-se

favorável ao projeto. Ele entende que a aprovação da proposta poderá reduzir a desvantagem que a produção nacional de audiovisuais tem em relação à estrangeira. Hoje, 90% dos filmes exibidos no Brasil vêm de outros países.

A pauta da CAE inclui ainda, entre outros, parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) favorável ao projeto de resolução do então senador Adir Gentil que, em 1997, propôs estabelecer a variação integral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para a correção das dívidas dos estados e do Distrito Federal.

## Tebet saúda aniversário da Universidade do Legislativo

Ao se referir ao aniversário da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), por ele instalada no ano passado, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou não ter podido comparecer às comemorações alusivas ao nascimento da instituição, que definiu como “um exemplo para o mundo”.

Tebet lembrou que a Unilegis faz intercâmbio com assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereadores, além de outros órgãos e instituições públicas, sempre colaborando com o aperfeiçoamento edu-

cativo e contribuindo para “a formação e informação de quantos têm interesse na difusão dos aspectos político-administrativos”.

O senador recordou que em recente encontro de secretários-gerais de países de língua portuguesa, ocorrido em Lisboa, a Unilegis e o ILB (Instituto Legislativo Brasileiro) foram procurados pela Secretaria Geral do Parlamento de Angola para futuro convênio, o que mostra a importância dos estudos conduzidos por essas instituições.

– Devemos deixar registrada nos



Célio Azevedo

Tebet diz que Unilegis é “um exemplo para o mundo”

Anais essa efeméride, porque é grandiosa, salientando que a nossa universidade já está despertando interesse internacional.

Tebet homenageou os que se dedicam ao ILB e à Unilegis, citando especialmente Raimundo Carreiro, secretário-geral da Mesa; Cláudia Lyra, secretária-adjunta; e Agacieli Maia, diretor-geral do Senado.

## Deficientes visuais recebem edições do Senado em braile

Deficientes visuais de quatro instituições do Rio de Janeiro visitam hoje, às 15h, como convidados, o estande do Senado na 11ª Bienal Internacional do Livro, onde terão atendimento especial e receberão do primeiro-secretário da Mesa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), obras em braile editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).

Representantes do Instituto Benjamin Constant, da Associação Fluminense de Amparo aos Cegos, da Sociedade Pró-Livro em Braile e do Instituto das Cegas Helen Keller receberão exemplares das obras. O Senado também mantém o “Espaço Braile” em seu estande, localizado no Pavilhão Vermelho da Bienal.

Nos eventos literários de que participa, o Senado é o único expositor a apresentar publicações em braile, a linguagem especial para os cegos, possibilitando o acesso desse segmento da população à legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei de Doação de Órgãos, o Código de Defesa do Consumidor, a Constituição de 1988 e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Os deficientes visuais representam um numeroso grupo da população. O Censo de 2000 apurou que aproximadamente 10% dos brasileiros têm algum tipo de problema na visão. Pelo menos 0,4% da população não consegue ler em função de cegueira total ou parcial.



Estande do Senado na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro é o único a apresentar publicações em braile

## Cristovam visita estande e elogia qualidade das obras

O ministro da Educação e senador licenciado Cristovam Buarque visitou semana passada o estande do Senado na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. Cristovam elogiou a qualidade das publicações do Conselho Editorial e recebeu das mãos do diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa, os livros *Conselhos aos Governantes*, que reúne artigos de pensadores como Platão, Sócrates, Maquiavel e Erasmo de Rotterdam, e *A Constituição que Não Foi – A História da Emenda*

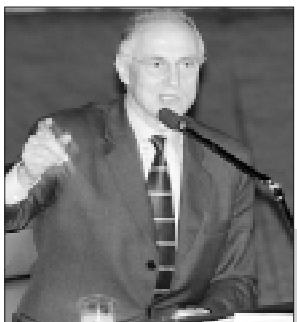
*da Constitucional nº 1, de 1969.*

Para ontem estava prevista a visita do senador José Jorge (PFL-PE) ao estande do Senado na bienal. Além do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que participou da abertura do evento, os senadores pelo Rio de Janeiro – Marcelo Crivella (PL), Sérgio Cabral Filho (PMDB) e Roberto Saturnino (PT) – lançam nesta semana publicações no espaço da Casa. A presença na bienal do presidente do Senado, José Sarney, que é membro da Academia Brasileira de Letras, pode ser confirmada nos próximos dias.

# Projeto submete acordo a autorização do Congresso

Suplicy quer condicionar a exame prévio do Legislativo a assinatura, pelo governo brasileiro, de contratos externos na área comercial

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou projeto que exige autorização prévia do Congresso para o Executivo negociar acordos internacionais na área comercial.



Eduardo Suplicy propõe instituição no Brasil do chamado mandato negociador

Conforme a proposta, a equipe encarregada das negociações terá de explicar antes aos parlamentares o que vai discutir e só poderá assumir compromissos se contar com autorização das comissões do Senado e da Câmara que tratam dos assuntos em negociação. Hoje, o Congresso ape-

nas homologa, ou não, os acordos firmados pelo Executivo.

Além disso, o projeto fixa objetivos gerais que devem ser seguidos pelo Executivo na negociação de qualquer acordo comercial, entre eles o de buscar sempre vender produtos brasileiros. Os acordos também terão de assegurar que os países ricos seguirão normas internacionais, especialmente da Organização Mundial do Comércio (OMC), em suas negociações com o Brasil.

— O projeto dá orientações seguras aos negociadores brasilei-

ros. O mandato negociador do Congresso abriga os envolvidos na negociação, inclusive o Executivo, de constrangimentos e pressões indevidas por parte do parceiro comercial — sustentou Suplicy.

Ele observou que as duas maiores potências comerciais do mundo, a União Européia e os Estados Unidos, já estipularam há tempos o mandato negociador. Para Eduardo Suplicy, o mandato dará garantia aos negociadores brasileiros de que estarão defendendo os interesses nacionais.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse não entender por que a Petrobras comprou no ano passado US\$ 1 bilhão em petróleo da Argélia, mas os brasileiros só conseguiram vender àquele país R\$ 40 milhões.

## Lobão cobra concurso de novos policiais rodoviários

Diante do quadro crescente de violência nas estradas, o senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu urgência na realização do concurso público para policiais rodoviários. Segundo o senador, falta apenas a assinatura do ministro do Planejamento no processo originário do Ministério da Justiça para que, ainda em 2003, a Polícia Rodoviária Federal possa ser reforçada com a contratação de mais 1.100 agentes.



Segundo Edison Lobão, número de agentes caiu nos últimos anos

Lobão afirmou que o quadro de 10.098 agentes de alguns anos atrás foi reduzido em mais de 3.000 policiais, em função de aposentadorias e falta de recrutamento de novos servidores. Esse concurso representa uma ação emergencial que não resolverá o problema de falta de policiais, mas certamente minorará o problema, conforme o senador.

Ele lembrou que a Polícia Rodoviária Federal cuida não somente da segurança nas rodovias, mas também ampara as comunidades sediadas nas zonas rurais ou fora dos perímetros urbanos. A corporação serve de suporte

para o policiamento estadual.

Segundo o senador, não se pode sair de Brasília para Goiânia, à noite, sem comboio ou segurança privada armada. O mesmo acontece nas estradas federais no Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Minas

Gerais, São Paulo ou Rio de Janeiro, destacou.

### JUDICIÁRIO

Lobão protestou, ainda, contra notícia divulgada na imprensa de que o Ministério da Previdência Social iria publicar nomes de juízes responsáveis por sentenças favoráveis a devedores da Previdência. Para ele, isso seria lançar o Judiciário à execração pública.

Em apertes, os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ramez Tebet (PMDB-MS) concordaram com a urgência da realização do concurso público para a Polícia Rodoviária Federal. José Agripino (PFL-RN) afirmou que a intranquilidade nas estradas decorre da impunidade. Já Efraim Morais (PFL-PB) observou que o roubo de cargas no país já virou um negócio organizado.

## Sibá elogia medidas para desenvolver a Amazônia

O modelo de planejamento que começa a ser implementado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o desenvolvimento regional, em especial da Amazônia, constitui um exemplo de como os governos devem encaminhar suas propostas. A opinião é do senador Sibá Machado (PT-AC), que na sexta-feira elogiou, em discurso, as medidas anunciadas pelo presidente da República para desenvolver a região.



Sibá Machado destaca anúncio feito pelo presidente Lula no Acre

Segundo Sibá Machado, as intenções do governo federal demonstram uma nova metodologia de discussão sobre o desenvolvimento regional. Ele destacou o fato de se priorizar a observação da realidade local, atentando para as proposições apresentadas pelas comunidades interessadas e que vivenciam as necessidades e para a conservação do meio ambiente.

— Esse é o fim da era em que o desenvolvimento no país era pensado a partir da tecnocracia e da

burocracia de Brasília — afirmou o senador, salientando o lançamento do programa Amazônia Sustentável, que será elaborado por uma comissão interministerial sob a coordenação da Casa Civil, com a participação de representantes do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Pará.

A comissão terá, conforme informou Sibá Machado, um prazo de 90 dias para a apresentação do primeiro estudo básico para a construção do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que terá como diretriz a produção sustentável com alta tecnologia, novo padrão de financiamento, reordenamento do território, inclusão social e infra-estrutura básica.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) associou-se às expectativas de Sibá Machado em relação à região amazônica, manifestando sua admiração pelo Acre, que, em sua opinião, deveria “ser transformado em grande vitrine do desenvolvimento regional”.

## Paulo Octávio quer mudar sede da CBF para Brasília

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou a apresentação de projeto que determina a transferência, em um prazo de 180 dias a partir da aprovação da lei, de todas as entidades nacionais de administração de esportes para o Distrito Federal.



Paulo Octávio propõe transferência das confederações esportivas

Ele explicou que a iniciativa já havia sido apresentada quando atuava como deputado federal. A proposta, informou, atende a sua promessa de campanha de lutar pela mudança para a capital do país de todos os órgãos da administração federal.

Paulo Octávio justificou sua intenção afirmando que a medida irá transformar a visão desportista do Brasil, transferindo para o centro do país as decisões administrativas capazes de afetar o setor. Ele informou que o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) já tem sua sede em

Brasília, onde, segundo assegurou, funciona com êxito.

— Não existem motivos para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) estarem sediados no Rio de Janeiro.

CONTABILIDADE  
Outro projeto de lei anunciado pelo senador Paulo Octávio faculta às empresas o direito de escolher a forma como serão armazenados os livros e documentos contábeis, permitindo a utilização dos meios magnéticos para seu registro.

PRESÍDIOS  
Paulo Octávio também comentou pesquisa divulgada pelo *Jornal do Brasil* dando conta de que mais de 59% da população do Distrito Federal é contrária à construção de presídio de segurança máxima na capital.

— Brasília não quer, não precisa e não merece isso — enfatizou.



Garibaldi Alves integra delegação como representante do Senado

## Missão brasileira discute comércio com a Rússia

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comunicou ao Plenário, sexta-feira, a realização da primeira missão internacional da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria e Turismo no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A viagem, que seria iniciada ontem, se estenderá até quarta-feira.

Garibaldi integra a comissão como um dos representantes do Senado, juntamente com o senador João Batista Motta (PPS-ES). Ele destacou que o Brasil mantém com a Rússia superávit comercial. Além disso, os negócios entre os dois países vêm registrando aumento progressivo: em 2000 foi de US\$ 1 bilhão e em 2002 chegou a US\$ 1,7 bilhão.

A missão, informou o parlamentar, é liderada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e integrada por 20 representantes de entidades de classe, 34 empresários, além de representantes do governo.

## Antero quer financiamento público das campanhas

Senador defende aprovação de reforma política e adoção da fidelidade partidária “em torno do que for decidido em convenção”

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observou, em discurso, que o financiamento público de campanhas eleitorais, já aprovado pelo Senado e em discussão na Câmara, deve ser acompanhado de punições severas para os políticos e empresas que usarem dinheiro privado em eleições. Ele lamentou que “o coração da reforma política já votado pelo Senado” não esteja prevendo punições e sugeriu que os deputados incluam as penas no projeto.

– Defendo que o político flagrado usando dinheiro privado em campanha seja punido com a inelegibilidade. As empresas apanhadas financiando campanhas ficariam inabilitadas para tocar obras públicas – disse.



Para Antero, político flagrado usando dinheiro privado deve ser punido com a inelegibilidade

Antero de Barros saudou o líder do PSDB na Câmara, Jutahy Magalhães (BA), por ter defendido a necessidade da reforma política na reunião com o presidente Lula da Silva, na quinta-feira. “Fico feliz que o presidente tenha aceitado colocar essa reforma na pauta e

prometido apoiá-la”, afirmou.

Antero prevê que, no início, a população tenderá a questionar o uso de dinheiro público, repassado aos partidos, para financiar campanhas, mas “os parlamentares devem ter a coragem de dizer que esse é o melhor caminho”.

Para o senador, o atual sistema “também é de financiamento público”, porque as empresas acabam recebendo de volta dos contribuintes, seja por aumento de preços ou de benefícios dos governantes que ajudaram.

Antero Paes de Barros defendeu a adoção da fidelidade partidária “em torno daquilo que for definido pelo partido em convenção, e não fidelidade dependente dos humores do dirigente daquela hora”.

## Efraim Morais cobra urgência para reforma

O líder da oposição no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou, em discurso na sexta-feira, que a reforma política é a mais importante de todas as reformas e por isso deveria ser votada antes mesmo das reformas tributária e previdenciária. Em sua opinião, o esforço de apreciação de outras reformas antes é uma inversão de prioridades.

– Não há dúvida de que as reformas tributária e da previdência são fundamentais e urgentes. Mas a reforma que deveria precedê-las é a reforma política, pois ela poderá corrigir distorções nos sistema partidário e representativo, assim como na legislação eleitoral, conferindo maior legitimidade e credibilidade à votação

das demais reformas – afirmou.

Na avaliação de Efraim, a reforma política é capaz de “remodelar o universo que irá votar as demais mudanças”, além de atingir a raiz dos principais problemas da classe política. Ele referiu-se, especificamente, à infidelidade partidária, criticando as constantes trocas partidárias dos parlamentares e também o deficiente processo de financiamento das campanhas eleitorais.

– Não pode haver espetáculo mais constrangedor que o entre-sai de políticos das legendas pelas quais se elegeram, na sequência imediata das eleições. O eleitor sente-se traído – disse o senador, que criticou as recentes discordâncias na base governista,



Efraim acha que reforma política é a mais importante de todas

para ele uma ameaça às reformas.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), em aparte, também criticou o PT, especialmente no que diz respeito ao que ele qualificou como “cooptação” de novos aliados. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) se disse favorável à reforma política, indicando o senador Marco Maciel (PFL-PE) para estudar a matéria, em função do conhecimento do ex-vice-presidente da República sobre o assunto. Outro defensor da reforma política, Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou que a matéria é de interesse do governo e já está em andamento no Legislativo.

## Heráclito registra artigo de Passarinho sobre fidelidade

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu, na sexta-feira, a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo intitulado *A infidelidade partidária*, publicado pelo ex-senador Jarbas Passarinho no *Jornal do Brasil* e no *Correio Braziliense*.



Heráclito elogiou conteúdo de artigo do ex-senador pelo Pará

Lembrando que Passarinho é político e escritor, além de ex-presidente do Senado, Heráclito Fortes afirmou que o artigo contém oportunas considerações que ele julga importante figurarem nos Anais da Casa.

No artigo, Passarinho diz que os próprios partidos são responsá-

veis pela infidelidade partidária, porque se dizem intransigentes defensores da lealdade até que as circunstâncias lhes favoreçam as intenções de crescer à custa da adesão de eleitos por outras legendas.

Passarinho também afirma que a maioria das agremiações partidárias esquece convenientemente o discurso teórico, usando sem o menor constrangimento a má interpretação do preceito “é dando que se recebe”. No entender do ex-senador, as últimas eleições confirmaram esse procedimento nocivo.

## Capiberibe: transparência em contas públicas do Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou sua satisfação por ter conseguido equilibrar as contas do Amapá, durante seus dois mandatos de governador. Segundo ele, para coroar essa gestão responsável, lançou, na Internet, uma página



Capiberibe: gestão responsável garantiu os bons resultados

para consulta *on-line* da execução financeira do estado.

– Trata-se de um instrumento inédito de transparência no país, que permite ao cidadão consultar despesas, verificar as receitas de cada fonte e o saldo das contas bancárias do governo – disse.

Para Capiberibe, o primeiro desafio foi sanear as finanças do estado, que estavam combalidas, sem qualquer mecanismo eficiente de gastos, com centralização excessiva, carente de capacidade

arrecadatória e sem recursos a serem investidos. Com a gestão responsável dos recursos públicos, segundo frisou, foi possível dar um salto financeiro de 400% em sete anos de governo.

Entre as prioridades de seu governo, Capiberibe citou a eletrificação rural, que já chegou a 56% de cobertura do estado, passando de 204 km, quando assumiu, para 1.088 km nos dias de hoje. Também a rede elétrica na área urbana expandiu-se de 1.260 para 1.909 km, possibilitando aos cidadãos do campo a utilização de energia elétrica em sua produção e aos cidadãos urbanos a aquisição de novos aparelhos eletrodomésticos, aprimorando sua qualidade de vida.

## Paim propõe aposentadoria especial aos paraplégicos

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto de lei para conceder aos paraplégicos aposentadoria especial após 25 anos de serviço e contribuição, em virtude do maior esforço que o portador de deficiência precisa despendar para o desempenho de qualquer ati-

vidade. Além disso, continua o senador, a situação de inabilidade provoca um comprometimento mais acentuado das funções orgânicas.

“Entende-se não ser justo submeter o paraplégico a período de trabalho idêntico ao dos demais trabalhadores, que é normalmen-

te de 35 anos”, alega o senador na justificativa do projeto. Paim chama atenção para a necessidade de a pessoa portadora de deficiência desenvolver atividade produtiva, uma vez que “conserva intactas as suas faculdades mentais e intelectuais”.

O projeto será votado na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo. Dessa forma, se aprovado, segue direto para o exame da Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso de pelo menos nove senadores para votação em Plenário.



Paim: paraplégicos fazem um esforço maior para trabalhar

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelas senadoras Serys Slhessarenko e Iris de Araújo e pelos senadores João Capiberibe e Valdir Raupp